

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL Sessão virtual do dia 22 a 29 de novembro de 2022  
PROCESSO CRIMINAL | MEDIDAS GARANTIDORAS | HABEAS CORPUS PROCESSO Nº. :  
0817569-59.2022.8.10.0000 Paciente: José Ribamar Nunes Oliveira Júnior  
Advogado: Carlos Alberto Mendes Rodrigues Segundo Impetrado: Juízo de  
Direito da Vara Especial Colegiada dos Crimes Colegiados de São Luís  
Relator: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos Procuradora: Drª. Domingas  
de Jesus Froz Gomes ACÓRDÃO Nº. \_\_\_\_\_ EMENTA: PENAL.  
PROCESSUAL PENAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. AÇÃO PENAL. TRANCAMENTO.  
INVIABILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. HABEAS CORPUS. 1. O  
trancamento da Ação Penal na estreita via do WRIT configura medida de  
exceção, somente admissível quando emergir cristalina e inequívoca a  
inocência do paciente, a atipicidade da conduta ou a extinção da  
punibilidade, o que não ocorre no caso concreto. 2. Diretamente decorrente  
a custódia, via da representação que a determinara, de prova por este eg.  
Tribunal de Justiça já declarada viciada, é de ser revogada a extrema  
medida constritiva, com cautelares. 3. HABEAS CORPUS conhecido; Ordem  
parcialmente concedida, apenas para substituir a custódia por cautelares  
outras, sem óbice ao normal curso da Ação Penal. ACÓRDÃO DECISÃO: ACORDAM  
os Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do  
Estado do Maranhão, por unanimidade de votos e em desacordo com o parecer  
da douta Procuradoria Geral de Justiça, conhecer do presente HABEAS CORPUS  
e, no mérito, conceder parcialmente a Ordem impetrada, apenas para  
substituir a custódia por cautelares outras, sem óbice ao normal curso da  
Ação Penal, determinando a expedição de Alvara de Soltura em favor do  
Paciente, nos termos do voto do Desembargador Relator. Votaram neste  
julgamento os Senhores Desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos,  
Antônio Fernando Bayma Araújo, Vicente de Paula Gomes de Castro.  
Presidência do Excelentíssimo Desembargador José Joaquim Figueiredo dos  
Anjos. Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a Drª. Selene Coelho  
de Lacerda. São Luís, 22 de novembro de 2022 Des. José JOAQUIM FIGUEIREDO  
dos Anjos Relator (HCCrim 0817569-59.2022.8.10.0000, Rel. Desembargador  
(a) JOSE JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 07/12/2022)